

BNDES eleva meta de venda de participações

Por Fabio Graner e Edna Simão
| De Brasília

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo de Oliveira, informou em entrevista ao Valor que elevou a meta de venda de participações do banco de R\$ 10 bilhões para R\$ 12 bilhões para o ano. Por enquanto, o banco já se desfez de R\$ 6 bilhões em participações, com destaque para as vendas de R\$ 3,7 bilhões em ações da Petrobras e R\$ 1,4 bilhão em Eletropaulo.

Dyogo afirmou que espera uma redução das incertezas após o período eleitoral e que isso contribuirá não só para a venda adicional de participações como também para ampliar os desembolsos do banco, que até agosto estavam baixos.

Segundo ele, a venda de participações permitirá à instituição apoiar mais projetos nascentes e de empresas de menor porte, dando mais dinamismo à economia. O executivo do banco estatal reforçou ainda que não cabe ao BNDES carregar para sempre posições em ações de qualquer empresa.

Até agosto, as consultas feitas ao banco cresceram 2% no acumulado do ano, em comparação ao mesmo

período de 2017, para R\$ 69,8 bilhões. Nos desembolsos de fato realizados houve queda de 14%, para R\$ 38,8 bilhões, pelos mesmos parâmetros.

Desses desembolsos, 49% foram destinados a micro e pequenas empresas, disse Dyogo. Ele rebate as críticas de que o BNDES não prioriza empréstimos para esse público e destaca que o nível atual está bem acima da média histórica, que era ao redor de 20%.

Para ele, o recuo de 14% nos empréstimos liberados será revertido até o fim do ano. Por isso, mantém a previsão de R\$ 70 bilhões a R\$ 80 bilhões em desembolsos em 2018.

"A esteira já está andando mais rápido", afirmou Dyogo, acrescentando que isso está acontecendo graças a mudanças feitas no banco e a melhorias na gestão. Ele explicou que o pior resultado em 20 anos em termos de desembolso no primeiro semestre foi influenciado pela transição da TJLP para TLP. "Muitas instituições financeiras, por exemplo, precisavam ajustar seus sistemas", disse, explicando que houve uma paralisia nas operações indiretas que já foi revertida. Além disso, ele contou que houve forte redução dos projetos apresentados ao BNDES.

"Era uma questão operacional, mas isso vai ser carregado como

resultado para o ano. Hoje, o banco está desembolsando R\$ 3 bilhões por mês no indireto", disse. "Agora tudo vem seguindo um fluxo. Como houve queda grande de projetos no fim do ano passado e início deste, isso ainda está refletindo até o terceiro trimestre. Tem uma inércia", acrescentou.

Com a aceleração das vendas de participações e a elevação dos desembolsos, Dyogo projeta que o lucro líquido da instituição deve atingir a marca de R\$ 8 bilhões neste ano, o melhor desempenho desde 2014. No primeiro semestre, o resultado somou R\$ 4,76 bilhões.

Os dividendos pagos à União serão equivalentes ao mínimo previsto: 25%. Segundo o presidente do banco, a instituição precisará desse capital para cumprir nova resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que impede a contabilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no cálculo do capital nível II para cumprimento de regras estabelecidas por Basileia III. O prazo para substituir gradualmente esse capital no patrimônio é de dez anos e o cronograma começa a valer a partir de 2020.

Dyogo ressaltou ainda que está promovendo mudanças no processo de análise de projetos do banco, que hoje conta com quatro fases (consulta, enquadramento,





aprovação e desembolso). A ideia é dar mais agilidade para a liberação de empréstimos para, por exemplo, compra de equipamentos. O modelo do BNDES Finame Direto, em que as empresas têm um limite de crédito já aprovado, deve ser replicado em outras linhas do banco e de forma mais ampla.

Dyogo informou que também será realizada até o fim do ano uma reestruturação interna e 300 pessoas serão deslocadas de atividades-meio para atividades-fim. Ou seja, esses funcionários serão transferidos para atividades de análise de crédito, dando mais agilidade na liberação dos empréstimos, contou Dyogo.

Atualmente, o prazo médio para análise e aprovação de um projeto é de 118 dias. A meta interna é que 50% dos projetos analisados sejam liberados em até 120 dias.

Um dos recordes recentes do banco é a liberação em 58 dias de um crédito de R\$ 60 milhões para a construção de um armazém, ocorrida nesta terça-feira.

Para Dyogo, em três anos, o BNDES deve voltar a ter desembolsos no nível de sua média

histórica, que é de 2% do Produto Interno Bruto. Mas isso vai depender do desempenho da economia. "O problema hoje é o investimento, que é pequeno", destacou, rebatendo a tese de que a queda nos investimentos estaria relacionada à redução do BNDES.

Ele recomendou que as empresas fiquem atentas para aproveitar neste fim de ano a taxa mais baixa da Taxa de Longo Prazo (TLP), decorrente de um dos componentes da fórmula de cálculo que subirá a partir de janeiro. Trata-se do chamado "alfa", que foi definido com base na antiga Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e que vai subindo ao longo dos próximos anos.

"Este fim de ano é um bom momento para contratar porque haverá essa mudança na TLP, que já está na lei, todo mundo conhece", defendeu. "Acredito que nos últimos três meses vai ter até uma certa corrida por causa da regra da TLP", disse.

Ele disse acreditar que o custo da NTN-B de cinco anos, que é outro elemento que afeta a definição da TLP, deve diminuir no fim do ano, após as eleições, o que abre uma

janela de custo menor para tomada de crédito atrelado a essa taxa.

"Acho que o spread da NTN-B vai cair. Mas, como em janeiro tem aumento de alfa, então não pode esperar para o ano que vem, tem que contratar neste ano", argumentou o presidente do banco estatal.

Dyogo defendeu a TLP e avaliou que a mudança ensejada por ela não explica a queda nos desembolsos do banco, que, segundo ele, decorre de um efeito inercial do fraco desempenho da economia no início do ano, com baixa demanda de projetos e postergação de investimentos por conta das eleições.

O presidente ressaltou ainda que a TLP, apesar de trazer para o sistema de financiamento do BNDES o custo de mercado, é uma taxa mais em conta e ainda permite ao banco trabalhar com taxas pré-fixadas, a partir de operações de swap com a NTN-B. "É mais uma vantagem da TLP, que é a possibilidade de ter produtos hedgeados [protegidos] em mercado, que geram essa estabilidade que alguns clientes preferem", afirmou Dyogo.

Bomba-relógio

Governo propõe reduzir as 309 carreiras de servidores e a remuneração inicial

MARTHA BECK E MANOEL VENTURA

BRASÍLIA- A reforma da Previdência está longe de ser o único problema fiscal que o próximo presidente terá de resolver. Segunda maior despesa da União, a folha de salários também cresce de forma preocupante. No governo Temer, ela teve aumento médio acima dos gastos com aposentadorias. Enquanto a folha cresceu 3,5% por ano, a Previdência subiu 3,4%. Diante desse cenário, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, preparou uma proposta de reforma nas carreiras do funcionalismo para entregar ao governo de transição.

A ideia é reduzir o número de carreiras do Executivo (hoje são 309), aumentar o tempo que os servidores levam para chegar aos maiores salários e reduzir a remuneração inicial para que ela fique mais alinhada ao setor privado. Em entrevista ao GLOBO, Colnago explicou que o excesso de carreiras torna difícil a mobilidade entre os servidores de um órgão para o outro. Isso aumenta a realização de concursos públicos, incha a máquina e faz com que o governo enfrente mais pressões por reajustes. É preciso negociar com mais de 200 sindicatos.



Reforma fiscal. O ministro do Planejamento levou a proposta de despesa com funcionalismo. A redução de 40% na folha de salários pode ser um primeiro passo para a reforma da previdência. Reportagem especial sobre a reforma da previdência em Brasília.

GASTO DE R\$ 300 BIEM 2018

Além disso, existem distorções nas carreiras. Em algumas, o servidor atinge o topo em apenas seis anos. É o caso dos advogados da União. Em outras, o processo leva 20 anos. Quem atinge o maior salário muito jovem acaba fazendo mais pressão por reajustes, pois essa é a única forma de reforçar os vencimentos.

— Nossa ideia é buscar um número menor de carreiras, que sejam mais genéricas e tenham maior amplitude salarial (ou seja, em que os servidores levem mais tempo para se aposentar) — explicou o ministro, acrescentando: — As pessoas chegam (ao topo da carreira) muito rápido. Independentemente de mérito, o salário é destoante da iniciativa privada na grande maioria dos casos, especialmente alguns salários de entrada são muito altos.

O Executivo tem hoje 1,275 milhão de servidores. Deste total, 633.595 estão na ativa, 401.472 são aposentados, e 240.216 são pensionistas. Isso custará aos cofres públicos R\$ 300 bilhões em 2018. O valor só perde para a Previdência, que terá uma despesa de R\$ 593 bilhões.

Colnago afirmou que foram elaboradas duas propostas para o novo governo. Uma com mais carreiras e outra com menos. Tudo dependerá de qual o ajuste que o presidente que for eleito decidirá fazer. No entanto, esse tema também é urgente, uma vez que 108 mil servidores hoje já estão aptos a se aposentar, o que representa 17% da força de trabalho do Executivo. Hoje, 247 mil estão acima de 50 anos (equivalente a 39% do total de servidores na ativa). Isso significa que será preciso fazer uma renovação num cenário de restrição fiscal.





— Nós temos um conjunto de servidores relativamente envelhecidos. A gente precisa resolver esse problema—alertou o ministro.

O antecessor de Colnago no comando do Planejamento, Dyogo Oliveira, chegou a apresentar, no ano passado, uma proposta de reestruturação de carreiras que incluía mais etapas para se chegar ao topo (ele só seria atingido em 30 anos) e um salário inicial menor, de R\$ 5.000. Pelas contas da época, a economia para os cofres públicos seria de R\$ 154 bilhões em 15 anos. No entanto, o projeto acabou sendo engevettato.

Agora, a ideia é retomar parte do que foi proposto e ainda avançar mais por meio da redução do número de carreiras. Colnago admite que o assunto é espinhoso:

— Uma mudança como essa é quase tão difícil de ser aprovada quanto a reforma da Previdência.

Mas o ministro alerta para o fato de que as despesas com benefícios previdenciários e funcionalismo são tão elevadas hoje, que o governo caminha para se tornar um mero gestor de folha de pagamentos. Cada vez mais, a despesa com folha tem crescido no Orçamento dos órgãos. No Ministério da Agricultura, por exemplo, ela representava 57,3% em 2008. Em 2017, no entanto, esse valor chegou a 69,9%. Isso em uma pasta que precisa executar programas como fiscalização sanitária. Na Ciência e Tecnologia, o percentual subiu de 22,5% para 46,4% no mesmo período.

INICIATIVA PARA ECONOMIZAR

Enquanto não há uma mudança estrutural nas carreiras, o Planejamento tem adotado medidas de gestão que não demandam lei, mas que trazem uma economia potencial anual de R\$ 1,3 bilhão para os cofres públicos. Uma delas foi uma portaria que permite ao Ministério do Planejamento transferir servidores sem o aval do órgão de origem.

Os funcionários não são obrigados a trocar de órgão ou de cidade. A ideia é que, se tiverem interesse, possam migrar com maior facilidade. Outras ações incluem, por exemplo, a digitalização e armazenamento de dados funcionais e a centralização do processo de concessão de benefícios para servidores aposentados. Há cerca de 11 mil funcionários designados apenas para cuidar da folha dos inativos.

Todo o cadastro é físico, distribuído em arquivos pelas repartições. A documentação agora será digitalizada, e a gestão, unificada. Com isso, cairá para 2.000 o número necessário de servidores para esse serviço. Isso libera 9.000 servidores para outros órgãos, o que reduz a necessidade de concursos para a área administrativa. Somente isso resultará numa economia de R\$ 919 milhões.

39%

do total de servidores têm mais de 50 anos. Será preciso renovar quadro

1,275

milhão de pessoas
É o total de servidores, dos quais 633.595 estão na ativa

6 anos

de prazo
É o tempo para alcançar o topo da carreira para advogados da União

Texto amplia terceirização de servidor

> O governo vai divulgar, ainda este ano, a lista de atividades que poderão ser exercidas por terceirizados na administração pública federal, autarquias, fundações e sociedades de economia mista controladas pela União. A medida está prevista em decreto do presidente Michel Temer, publicado no Diário Oficial da União dessa segunda-feira, que amplia a terceirização no serviço público.

> O texto revoga a permissão de terceirizados só em funções consideradas acessórias ou complementares, como limpeza e segurança. Pela nova regra, o ministro do Planejamento estabelece que serviços podem ser feitos por mão de obra de fora do funcionalismo. (Geralda Doca)

Lista de funções inclui de inspetor de café a operador de videoteipe

Inspetor de café, mateiro, operador de videoteipe, desenhista e datilógrafo. Essas são algumas das funções exercidas por servidores públicos. O mateiro, por exemplo, é da carreira de auxiliar ambiental que existe em órgãos como o Ibama e o Instituto Chico Mendes. Esses cargos são o exemplo de quão fragmentadas são as carreiras do funcionalismo.

Segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, essa quantidade excessiva de funções engessa a gestão pública. Isso porque é comum servidores afirmarem que não podem trocar de área porque foram aprovados em concurso com função específica. No entanto, algumas funções, diz o ministro, poderiam ser terceirizadas.

Enquanto não reforma as carreiras do Executivo, o governo tem realocado servidores entre órgãos. Com isso, funcionários que estiverem sobrando em um órgão podem ir, com a mesma função, para onde há necessidade daquele serviço.

Os remanejamentos, de acordo com o governo, são feitos caso a caso, mediante uma justificativa do órgão de destino, que pode ser "necessidade ou interesse público" ou "motivos de ordem técnica ou operacional". Esse processo começou no Rio. Foram deslocados 214 vigilantes da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O governo quer utilizar esse processo para reduzir a necessidade de fazer concursos públicos para atividades administrativas, e focar as seleções em funções especializadas. Uma portaria permitiu a realocação obrigatória de pessoal, sem anuência do órgão de origem. A avaliação passou a ser feita pelo Ministério do Planejamento.

A unificação das áreas de transporte e almoxarifado dos ministérios, em Brasília, também irá liberar servidores com funções administrativas.

(Martha Beck e Manoel Ventura)

‘Estamos na medula’, diz presidente do IBGE

Número de funcionários cai de 8 mil em 2010 para 4.900 até o fim deste ano. Pesquisas estão sendo adiadas. Roberto Olinto afirma que o Censo Demográfico de 2020 não está ameaçado, mas o instituto, sim

CÁSSIA ALMEIDA

O IBGE está encolhendo. Já perdeu quase 40% de seus funcionários nos últimos oito anos. Até o fim de 2018, serão 4.900 servidores para dar conta de todas as estatísticas oficiais do país, instrumentos indispensáveis para balizar as políticas públicas, da fixação da taxa de juros até o tamanho da rede escolar e de saúde. Roberto Olinto, presidente do Instituto, diz que já passou da fase de chorar por pessoal.

— Não temos mais gordura para queimar. Passamos do osso, estamos trabalhando na medula— diz Olinto.

O IBGE é responsável por calcular o Produto Interno Bruto (PIB), que mede como anda a economia brasileira, a taxa de desemprego, a inflação, a composição e o perfil das famílias, as características dos lares. Por ter salários inferiores a outros órgãos estatais, como Petrobras e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



Sem concurso. Olinto, do IBGE, diz que precisa contratar 1.800 pessoas

(Ipea), sofre com a sangria de pessoal.

— Soube hoje (ontem) que perdemos seis funcionários para a Petrobras. Um técnico da Coordenação de Contas Nacionais demora de cinco a dez anos para ser formado. Pedimos a abertura de concurso para contratar 1.800 funcionários, mas ainda não tivemos resposta — afirma Olinto.

Com isso, pesquisas importantes vêm sendo adiadas ou simplesmente deixadas de lado. As contas econômicas ambientais pararam no cálculo inicial do uso da água. O peso econômico das florestas e da energia está à espera de pessoal. Essas estatísticas já foram feitas por países

desenvolvidos: — Se o Brasil entrar na OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que reúne países desenvolvidos), vai haver mais demanda por estatística— alerta Olinto.

Foram adiadas a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar. Num país que convive com mais de 60 mil homicídios por ano, não há certeza se a pesquisa de vitimização será feita no ano que vem. O levantamento sobre o uso do tempo, parâmetro para políticas públicas de educação, saúde e de gênero, corre o risco de ficar na prateleira.

E o número de servidores ainda





pode cair drasticamente se todos os 1.750 funcionários hoje em condições de aposentar resolverem deixar o IBGE.

— Se houver uma reforma da Previdência muito ameaçadora, vamos ficar com 3.250 servidores — diz Olinto.

A falta de pessoal obrigou o instituto a fechar oito agências no país. Das 570 existentes, 60 operam com apenas um funcionário: — Nossa rede está profundamente desfalcada.

VERBA AINDA INSUFICIENTE

Segundo Olinto, o Censo Demográfico, o maior retrato socioeconômico do país, realizado a cada dez anos, está garantido. O custo é de R\$ 3 bilhões, sendo que R\$ 344 milhões devem ser gastos no ano que vem. No Orçamento da União, a previsão de gastos caiu para R\$ 200 milhões, insuficiente

para comprar os dispositivos móveis que serão usados pelos 238 mil recenseadores e supervisores na operação que vai investigar as condições de vida de 213 milhões de brasileiros em 71 milhões de domicílios.

— Conseguimos uma emenda parlamentar de R\$ 150 milhões para complementar os gastos de 2019. O Censo não está ameaçado, é o IBGE que está ameaçado. — afirmou Olinto.

O presidente do instituto disse que não haverá redução no questionário do Censo e que, pela primeira vez, os quilombolas serão incluídos no levantamento.

O IBGE já deixou de realizar a contagem da população, que atualiza o número de habitantes entre os censos; e a Pesquisa de Orçamentos Familiares, que deveria ter sido feita em 2014, só foi acampo este ano.

CULTURA »

R\$ 7 milhões para o Arquivo Nacional



O ministro da Justiça, Torquato Jardim, prometeu liberar a verba para ações anti-incêndio

Após visitar o Arquivo Nacional, no centro do Rio, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, e o comandante dos bombeiros do estado, Roberto Robadey, garantiram que os prédios da instituição, que guardam documentos raros da história do Brasil, como o original da Lei Áurea (1888) e os autos da Inconfidência Mineira, não apresentam risco iminente de incêndio.

O ministro disse que serão liberados R\$ 7 milhões nas próximas semanas para intervenções apontadas como necessárias por

uma empresa de prevenção de incêndio em 2017. A vulnerabilidade do Arquivo e a falta de verbas para a manutenção do prédio histórico, que é de 1868, e do anexo, onde fica 90% da documentação, construído nos anos 1960, vem sendo denunciada por servidores nos últimos anos. O assunto voltou à tona após a destruição pelo fogo do Museu Nacional, no dia 2.

“Não há falta de verba. O orçamento de 2017 para 2018 cresceu 33%. O Arquivo está seguro”, assegurou Jardim. “Não encontrei nenhum problema relevante.” Ele ressaltou que o prazo dado pelos bombeiros para que os prédios se adaptem por completo acaba em março de 2019. “Vamos cumprir rigorosamente o cronograma.”

O comandante dos bombeiros disse que não há comparação entre o Arquivo e o Museu Nacional — embora ambos tenham um mesmo problema: a falta de certificação da corporação para funcionar. “Se fosse uma boate, não estaria funcionando”, afirmou Robadey. “Mas um prédio desses é melhor estar aberto, com pessoas circulando. Mas (o Arquivo) está 200 anos na frente (do museu). O estado é muito bom para uma edificação dessa idade. Não há risco iminente visível.”